

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO BÁSICO



Associação das Empresas
de Saneamento Básico
Estaduais

Ano IV • nº 12 • Dezembro/2010

SANEAMENTO BÁSICO É O QUE
TODO BRASILEIRO MERECE DE
PRESENTE DE NATAL

SANEAMENTO RURAL: como
funciona a autogestão no RN

Você acha que o Brasil dá conta de
exercer o **CONTROLE SOCIAL** no
saneamento? Especialistas dizem
que não!

Saiba como os **IMPOSTOS**
atrapalham o desenvolvimento do
saneamento no país



**É CLARO E TRANSPARENTE:
A COPASA É A PRIMEIRA EMPRESA A GANHAR
O TROFÉU OURO DO PRÊMIO NACIONAL
DE QUALIDADE EM SANEAMENTO.**

Marcando o sucesso de uma gestão premiada, a Copasa transformou-se em 2010 na primeira empresa de saneamento a conquistar o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, pelo trabalho realizado por todas as suas unidades operacionais e administrativas. A premiação, concedida pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES –, é a comprovação da excelência em gestão e da capacidade profissional no aprimoramento do setor para aumentar a qualidade de vida da população.

A Copasa é hoje um dos melhores exemplos do modelo de gestão implantado pelo Governo de Minas, que tem transformado o Estado em referência de qualidade na administração pública.

COPASA

A água de Minas

 **GOVERNO
DE MINAS**

Recomeçar sempre; desistir jamais.

Esta é uma boa mensagem de final de ano para os que militam no setor de saneamento. 2011 vem aí, carregado de novidades, com novos governantes em Brasília e vários estados importantes da federação.

A nos embalar nesse sopro de mudança e esperança, ecoa o tom do que ocorreu em 2010. Neste ano, nosso setor ganhou as manchetes, subiu ao pódio do debate político nacional, ganhou força nas discussões em vários estados, virou, finalmente, tema de conversa fora do ambiente técnico.

Promessas e mais promessas foram feitas. Compromissos foram assumidos, prioridades destacadas. Mesmo nos sobressaltos dos cortes orçamentários, das regulamentações legais e na ressaca pós-eleitoral é inegável que o saneamento hoje assumiu sua condição de prioridade nacional.

É acreditando nessa condição que só nos resta redobrar as esperanças para estes novos tempos que se avizinham. Vamos esperar com ansiedade que se encerre, de uma vez por todas, o massacre da cobrança do PIS/COFINS que atinge indiscriminadamente todas as empresas. São 2 bilhões de reais de recursos que poderiam estar sendo investidos nos serviços.

Esperemos e acreditemos que a prioridade dos discursos se transformará em recursos para investimentos, no estabelecimento de rotinas administrativas maduras e responsáveis. Saneamento de qualidade se faz com continuidade de investimentos e firmeza de propósitos.

Não esperamos favores nem privilégios, queremos apenas justiça tributária e orçamentária. Estamos estendendo nossas mãos na busca da construção de um presente de trabalho que permita sonhar com um futuro mais saudável e sustentável para o Brasil.

Que venha 2011 e que finalmente nossa hora verdadeiramente chegue. •



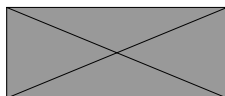
Ricardo Augusto Simões Campos

Diretor-presidente da Aesbe e presidente da Copasa (MG)

AESBE

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – Aesbe é uma entidade civil sem fins lucrativos que há 25 anos representa as empresas estaduais de água e esgoto do País. Juntas, essas companhias atendem a 3943 municípios e cerca de 76% da população urbana brasileira.

Tem sede no Distrito Federal e dentre seus objetivos está o de zelar pelo interesse de suas associadas, promovendo o contínuo aperfeiçoamento técnico, por meio do intercâmbio de experiências, além de elaborar e divulgar estudos e trabalhos diversos. Para saber mais, acesse: www.aesbe.org.br.



A AESBE, consciente das questões ambientais e sociais, utiliza papéis com certificação (Forest Stewardship Council) na impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima é proveniente de florestas manejadas de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, e outras fontes controladas. Impresso na Gráfica Coronário - Certificada na Cadeia de Custódia - FSC.

Sumário

6 Saneamento Rural

Confira a exitosa experiência do RN quando o assunto é saneamento rural

13 Prêmio Nacional

Copasa recebe a maior premiação do saneamento básico

15 ESPECIAL

Controle Social: um bicho de sete cabeças que não se entendem

17 Controle social na Saúde

Especialista de Maringá-PR apresenta caso de sucesso, mas descarta aplicação para o saneamento básico

19 Contexto Histórico

Entenda como surgiu o controle social no Brasil

20 Coluna Jurídica

23 Realização

28 Pis/Cofins

Impostos prejudicam a universalização do saneamento no Brasil

37 notas

Editorial

Prezado leitor, o encerramento desta década trouxe fatos positivos e outros nem tanto, para a agenda do saneamento. Os recursos do PAC I, por exemplo, foram um elemento altamente positivo para a universalização do saneamento, o que proporcionará avanços importantes para os indicadores do setor. De pouco animador, pode ser destacada a agenda institucional do saneamento, com a edição do decreto nº 7.217/10 que regulamenta a lei de saneamento (nº 11.445/07).



Esse decreto trouxe inúmeros pontos conflitantes, inovadores e não previstos na lei, o que trará insegurança jurídica e institucional para toda a cadeia produtiva do setor. Um desses pontos conflitantes é justamente a forma do exercício do controle social (organismos da sociedade civil, organizados ou não) nos serviços de saneamento. Pela Lei nº 11.445/07, esse controle será feito nas etapas da definição da política, no planejamento e na avaliação dos serviços. O Decreto ampliou essa forma de participação, o que trará conflitos de atuação com os órgãos de regulação dos serviços.

O controle social nos serviços públicos, tema relevante e bastante incompreendido, mereceu atenção especial da revista Sanear. De acordo com respeitadas especialistas no assunto, o país ainda não está preparado para exercer o controle social na área de saneamento, em função das etapas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos ou de resíduos sólidos e até drenagem pluvial exigirem um nível de conhecimento técnico extremamente alto, normalmente não disponível pela população.

Outro destaque desta edição da **revista Sanear** é a política de saneamento rural empregada no Rio Grande do Norte, estado que, em termos proporcionais, é um dos que mais levam água tratada a vilas ou aglomerados rurais aos recônditos do interior do Brasil.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Seção do Leitor

Prezado editor,

A revista Sanear aborda, em textos ao mesmo tempo leves e com vasto conteúdo, temas que são indispensáveis à compreensão do saneamento básico como dever do poder público e direito fundamental do cidadão. O aparecimento crescente e constante de novidades legislativas torna ainda mais importante a função informativa cumprida pela revista.

Fabrizio Motta

Procurador do Ministério Público junto ao TCM-GO

A cada edição, a revista Sanear está mais interessante. Trazer para nós, eleitores, as propostas dos três principais presidencialistas para os setores de água e esgoto no Brasil foi uma grande sacada do pessoal da revista. Parabéns mesmo. Mal posso esperar para receber o novo número.

Alejandro Gontijo

Engenheiro ambiental – PA

Caros editores, é impressionante notar como o saneamento básico é (des)tratado pelos nossos governantes e, até mesmo, por aqueles que querem governar o país. Achei um absurdo o fato de a assessoria do Serra e da Marina não terem respondido às questões relativas ao saneamento, formuladas pela revista. Como é que eles esperam nossa cooperação se sequer sabem o que farão de agora em diante?

Kátia Maia de Abreu

Professora de Economia - SE

Na próxima edição, seus comentários podem estar nesta página. Escreva para nós. O email é o revistasanear@aesbe.org.br. Se preferir, mande pelo correio. O endereço é o SBN Quadra 01, Bloco "B", Edifício CNC, sala 201, CEP: 70.041-902- Brasília-DF.

Fale conosco

Revista Sanear

+55 61 3326.4888 – Ramal 13
revistasanear@aesbe.org.br

Publicidade

Via Vox Comunicação
Emails: adalucio@viavox.com.br ou
cmarino@scmedia.com.br
Telefones: (61) 3201-1884 / 8229-5545 /
(11) 3451-0012 / 91412938

Expediente

Coordenação Editorial

Walder Suriani

Edição: Aurélio Prado (MTb - 222/TO)

Produção: Luciana Melo Costa (MT - 2492/DF)

Revisão: Ronaldo Farias

Diagramação: Duo Design Comunicação

Foto de capa: Duo Design

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 10.000 exemplares

Diretor-Presidente

Ricardo Augusto Simões Campos (Copasa/MG)

Diretores Vice-Presidentes

Sérgio Bezerra Pinheiro (Caern/RN)

Jessé Motta Carvalho Filho (Casa/AL)

Gesner Oliveira (Sabesp/SP)

Wagner Granja Victor (Cedae/RJ)

Sebastião Camelo de Sena Filho (Caer/RR)

Conselho Fiscal

Rosinete Gomes Nepomuceno Sena (Caerd/RO)

Alfredo Nogueira Filho (Cagepa/PB)

Paulo Ruy Valim Carnelli (Cesan/ES)

Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa

Dulce Luz – AGESPISA

Rosalina Sousa – AGESPISA

Vanda Vidigal – CAEMA

Marlete Pires Meneses da Silva – CAER

Arlete da Silva Barbosa – CAERD

Edwin Carvalho – CAERN

Ivete Guedes – CAESA

Francisco Nóbrega – CAESB

Márcio Teles – CAGECE

Erik Oliveira – CAGEPA

José Francisco Alves – CASAL

Samuel Rodrigues – CASAN

Iuri Cardoso – CEDAE

Leila Oliveira Nascimento – CESAN

Rosineide Oliveira – COMPESA

Henrique Bandeira de Melo – COPASA

Nadma Barbosa – COPASA

Rosane Beria – CORSAN

Milena Souza de Medeiros – COSANPA

Fernando Fontes – DESO

Débora Ximenes – EMBASA

Adriano Stringhini – SABESP

Cláudia Fernandes – SABESP

Rui Eduardo Ferrascini Pacheco – SANEAGO

Jesuíta Fernandes – SANEATINS

Ivanilde Maria Muxfeldt Klais – SANEPAR

Adriana Viana – SANESUL

Paulo Ricardo Gomes – SANESUL

As análises e as opiniões dos artigos publicados na revista Sanear são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente a posição da Aesbe.

Autogestão no Saneamento Rural

Solução inteligente para o abastecimento de água no Rio Grande do Norte

A Caern e comunidades rurais do agreste se organizaram e, agora, os moradores recebem água tratada em suas casas

Assessoria de Imprensa da Aesbe



SHUTTERSTOCK

A universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico é o primeiro princípio fundamental da Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o abastecimento público e o esgotamento sanitário no Brasil. Mas para que esse princípio fundamental saia, de fato, do papel, são necessários investimentos elevados dos diversos agentes do saneamento: governo federal, estados, municípios, bem como de organismos financeiros nacionais e internacionais. Isso sem falar em todo o trabalho que envolve a

gestão dos operadores dos serviços de saneamento.

Apesar de, nos últimos anos, a política federal de investimentos ter destinado recursos significativos ao setor, disponibilizando novas linhas e programas, a obrigatoriedade de se entregar água tratada ao cliente, em sua casa, exige das empresas de saneamento estratégias de gestão cada vez mais criativas e eficazes. E o abastecimento público na zona rural é um dos desafios que têm sido apresentados às diretorias das empresas.

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), por exemplo, é uma empresa que nos últimos anos tem investido fortemente em saneamento rural no país. Isso foi possível após definir o melhor modelo de gestão para esses serviços no estado e adequar a sua estrutura interna, que envolveu a criação de uma área específica para que cuidasse do assunto e, objetivamente, desenvolvesse ações práticas e economicamente viáveis.

Assim nasceu a Assessoria de Saneamento Rural da Caern que, há oito anos, desenvolve o que é chamado de “autogestão em sistemas de saneamento rural”, modelo de gestão em que cada comunidade rural atendida pela Caern tem autonomia, o que a torna responsável pela administração e pela operação do próprio sistema de abastecimento.

Após a celebração de um contrato (leia adiante), um representante da comunidade é escolhido para ser o operador do sistema. Quando necessário, esse operador recebe um treinamento oferecido pela própria Caern, quando são disponibilizados os procedimentos técnicos necessários para gerir e manter o sistema de abastecimento de água funcionando.

Essa forma de agir estabelece um contato direto entre a Companhia

e a comunidade rural. “Com a autogestão, os moradores se sentem os donos do sistema. Para a Caern seria muito difícil e oneroso manter uma estrutura funcional tradicional para operar essas pequenas comunidades. Exigiria um alto custo deslocar empregados até as áreas rurais para fazer a operação e manutenção desses pequenos sistemas, incluindo a leitura e a entrega de contas. Como o operador é alguém que mora na comunidade, o sistema tem custos operacionais reduzidos, é sustentável e não há perdas”, comentou o presidente da Caern, Sérgio Pinheiro.

Atualmente, a Caern abastece cerca de 500 comunidades rurais em todo o Rio Grande do Norte, por meio de adutoras espalhadas pelo estado. De acordo com a Assessoria de Saneamento, a Caern está investindo R\$ 2 milhões para ampliação e melhorias no abastecimento de água na zona rural. A expectativa é de que, com a conclusão dos sistemas, sejam atendidas 32,5 mil pessoas, até 2012, em áreas de assentamentos, sítios, distritos e comunidades que ficam distantes das zonas urbanas. •

RECURSOS

Para implantar o programa, a Caern e o Governo do Rio Grande do Norte mantêm convênios com o Banco Mundial, que financia o abastecimento a mais 59 comunidades; outras 37 localidades rurais terão seus sistemas implantados graças a recursos alocados junto à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio do Programa Desenvolvimento Solidário e, ainda, ao desembolso da própria Caern.

Como funciona a autogestão no RN



Dona Josabeta é uma das muitas beneficiadas com o saneamento rural no RN

O Rio Grande do Norte é um dos estados brasileiros mais preocupados com o abastecimento público de água em zonas rurais. Faz parte dos objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos a universalização do saneamento, o que reforça um dos princípios fundamentais da Lei Federal nº 11.445/07, que é levar água e coletar os esgotos para toda a população brasileira, o mais rápido possível.

É por isso que o modelo de autogestão em saneamento, no Rio Grande do Norte, tem dado tão certo. Esse modelo consiste no fornecimento de água utilizando derivações das adutoras da companhia, com a administração do sistema de abastecimento sendo feito pela própria comunidade. A primeira experiência de autogestão foi implantada em 2004 na Associação de Moradores de Riacho do Bom

Pasto, no município de Serrinha, região agreste do estado. Um contrato de prestação de serviço de fornecimento de água é celebrado entre a Companhia e a Associação de Moradores, que deve ser criada pelos interessados em receber água tratada pela Caern.

O processo incentiva a participação social, com reuniões de mobilização para explanação detalhada sobre o funcionamento do modelo. Essas reuniões são coordenadas pela Assessoria de Saneamento Rural e, somente após a decisão da comunidade, em assembleia, o contrato é assinado. Esse contrato pode ser renovado a cada dois anos, pois está sujeito à alternância de ocupação do cargo de presidente da associação.

Um macromedidor é instalado na saída da adutora e/ou na entrada da comunidade, que passa a ser

abastecida por uma ligação específica; os moradores têm um hidrômetro em suas casas, mas é em nome da Associação que a conta é emitida. Um morador é escolhido pela comunidade para assumir a função de operador. A escolha obedece a alguns critérios como, por exemplo: idade entre 18 e 40 anos, ter moto ou bicicleta e o que é muito importante, ele deve evitar o uso de bebidas alcoólicas.

O operador terá múltiplas tarefas, o que envolverá reparos nas redes, substituição de peças, equipamentos e contatos com a Caern, cobrança das contas entre os moradores, de acordo com o consumo medido no hidrômetro, emissão e entrega de contas e, por fim, receber o dinheiro dos moradores e pagar a fatura de água junto à Caern.

A comunidade rural de Limoeiro, por exemplo, possui 60 famílias e, desde 2004, seus moradores recebem água tratada em suas residências. Localizada no município de Boa Saúde e a mais de 80 km de Natal-RN, essa comunidade paga uma tarifa social diferenciada. O valor cobrado pelo consumo de até 10 m³ é R\$ 4,58 e os moradores pagam mensal-

mente uma taxa de administração de R\$ 5,00. Esse dinheiro é investido na compra de materiais hidráulicos, em outras benfeitorias para os próprios moradores e na gratificação do operador, pois o posto deve ser assumido por um voluntário, o que pressupõe o não-pagamento de salários.

Normalmente, o operador só é solicitado quando existe uma demanda como a emissão de contas ou algum reparo na rede. O valor médio dessa gratificação gira em torno de R\$ 150,00. Por mês, a Associação dos Moradores do Limoeiro paga cerca de R\$ 270,00 à Caern pela prestação do serviço de abastecimento.

Uma das vantagens do modelo de autogestão é a redução da inadimplência. Os moradores são muito atentos ao consumo e conseguem se planejar. “É claro que tem um ou outro que deixa de pagar a conta, mas aí, quando chega o aviso de corte, o pessoal corre para pagar. Ninguém quer ficar sem água”, comentou José Arnaldo da Hora, presidente da Associação dos Moradores de Lagoa da Onça.

Uma das dificuldades da autogestão, por incrível que pareça, está

na intimidade entre os moradores. “Quando eu tenho que cortar a água de alguém, é uma tristeza. Aqui todos se conhecem. Muitos são parentes e o lado emocional é muito forte”, comentou Francisco de Assis, da comunidade de Limoeiro, reforçando que, mesmo assim, o trabalho precisa ser e é feito.

Outra grande vantagem da autogestão é a redução nos conhecidos “gatos”. De acordo com José Arnaldo, as gambiarras seriam facilmente detectadas, pois haveria divergência entre os valores obtidos no macro e no micromedidor. “Aqui, todo mundo é fiscal de todo mundo”, informou o operador de Lagoa da Onça.

Conforme o assessor de Saneamento Rural, Marcelo Queiroz, atualmente a Caern, por meio do modelo de autogestão, leva água de boa qualidade para 2,7 mil famílias (cerca de 13,5 mil pessoas), em comunidades instaladas ao longo das adutoras implantadas em todas as regiões do estado e outras abastecidas por poços tubulares, totalizando 39 comunidades rurais. Em breve, o modelo de autogestão será implantado em mais 34 localidades do estado. •

Atores e funções

Caern	É responsável pela emissão do parecer de viabilidade técnica do sistema, e, ainda, pela interligação entre os sistemas.
Associação de Moradores	Solicita e fiscaliza a aplicação dos recursos, por meio da observação do andamento das obras, por exemplo, e faz a autogestão administrativa e técnica do sistema.
Organismo financiador	Libera o recurso para a realização das obras. Os principais agentes financiadores de projetos de saneamento são o governo federal e o Banco Mundial.
Governo Estadual	Junto à Associação de Moradores é o coautor da solicitação de recursos. Normalmente o governo do RN é representado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Fumac (Fundo Municipal de Apoio Comunitário)	Esse organismo é o responsável pela definição das prioridades para cada comunidade rural. O Fumac é uma espécie de conselho cujos componentes são representantes dos governos locais, de algumas instituições organizadas e, especialmente, de moradores interessados.
Prefeitura	É um dos principais atores desse cenário, pois é o responsável por conceder à Caern, ou não, a operação dos serviços em seu território.

Limoeiro e Lagoa da Onça são exemplos de sucesso da autogestão

O município de Boa Saúde está localizado a cerca de 70 km de Natal-RN e foi lá que a reportagem da revista *Sanear* encontrou os personagens da história a seguir.

Em 1998, o governo estadual, em parceria com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) inaugurou a adutora Monsenhor Exedito, cujo objetivo era abastecer a 22 cidades e 49 chafarizes* espalhados ao longo da região agreste, atendida pela tubulação, cuja vazão é de 1,7 mil m³ por hora. Entretanto, com o passar dos anos, esse atendimento teve de ser expandido. Dessa forma, a adutora Monsenhor Exedito beneficia, atualmente, as famílias de 33 cidades e de 205 comunidades rurais, sem incremento algum em sua vazão.

Uma das cidades atendidas é Boa Saúde, localizada a cerca de 70 km da capital potiguar, Natal. Nesse pequeno município do agreste do Rio Grande do Norte há em torno de mil habitantes e, somente, um empregado da Caern responsável pela operação do sistema de abastecimento local.

E foi na zona rural de Boa Saúde que encontramos os personagens de uma história real de desenvolvimento humano. Eles são moradores das comunidades de Limoeiro e Lagoa da Onça. E o que essas pessoas têm de especial? Água na torneira. É isso mesmo! Há alguns anos, ter acesso a esse serviço era uma coisa inimaginável.

“Eu nunca pensei que isso fosse possível. Sempre tinha que andar quatro quilômetros até a cacimba e



ASCOM/CAERN

O pedreiro Francisco de Assis já ouviu seu pai contar que um morador da região morreria de sede, no passado

depois voltar com uma cabaça cheia de água, na cabeça, até em casa”, comentou a aposentada Josabeth Ferreira da Costa, de 70 anos, moradora da comunidade de Lagoa da Onça. “Às vezes, eu buscava água à noite e quando chegava em casa, tinha até sapo dentro da cabaça”, lembrou a aposentada.

Beta, como é conhecida, comentou emocionada sobre a importância da água para sua vida. “Eu ganhei muito tempo. Dá pra fazer muita coisa. Sem falar que agora todo mundo é saudável. Tive um tio que morreu de cólera, antes de recebermos a água da Caern”, lembrou.

O pedreiro Francisco de Assis do Nascimento, de 46 anos, é o presidente da Associação dos Moradores do Limoeiro e também é o operador do sistema de abastecimento da comunidade rural. Ele nasceu no local e acompanhou bem de perto toda a evolução do saneamento na região. “Antigamente, água aqui era só na cacimba, quando o inverno dava água. Quando não tinha, o jeito era ir até o rio Traíra. Às vezes, a gente ficava esperando a água brotar da terra e isso durava uma noite inteira. Eram umas dez pessoas por cacimba, lembrou”.

“Quando criança, lembro-me que meu pai comprava água do

caminhão pipa. Há 60 anos, tinha gente que morria por falta de água de qualidade. Meu pai uma vez me contou uma história, em que um homem morreu de sede. Era triste demais”, comentou o pedreiro.

Em Lagoa da Onça, onde vivem cerca de 180 pessoas, a realidade também mudou bastante nos últimos anos. “Antes, nós ficávamos pastorando a água. A gente ficava uma noite inteira esperando dar água na cacimba”, comentou José Arnaldo da Hora, presidente da Associação dos Moradores de Lagoa da Onça e, também, operador do sistema da comunidade rural. •

USO RACIONAL

O uso racional de água faz parte da rotina dos moradores das comunidades rurais do Rio Grande do Norte. Além de construir reservatórios, sempre tomam bastante cuidado com o desperdício. “Aqui, o pessoal desliga o chuveiro na hora de se ensaboar; também fecha a torneira quando vão ensaboar a louça. Quando têm vazamentos, nós, rapidamente, cuidamos de consertar”, comentou o pedreiro Francisco de Assis Nascimento, operador do sistema de Limoeiro.

***Chafarizes:** o uso de chafarizes para o atendimento público foi praticamente abolido do Rio Grande do Norte por vários motivos, entre eles pela altíssima possibilidade de contaminação da água e pelo elevado índice de perdas físicas.

Outros casos de sucesso na área de saneamento rural

Outras iniciativas bem sucedidas na área do saneamento rural vêm de Minas Gerais e do Ceará. Atualmente, o Saneamento Rural no estado mineiro é feito por meio de convênios firmados entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e órgãos dos Governos Estadual e Federal (veja as ações no quadro). Em Minas Gerais, ocorre um modelo semelhante ao do Rio Grande do Norte. A Copasa implanta as obras e existem parcerias com as prefeituras para a operação dos sistemas que são operados por elas ou pelas comunidades beneficiadas, por delegação das prefeituras.

O saneamento rural mineiro privilegia sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, construção de módulos e aterros sanitários e, ainda, usinas de triagem e reciclagem.

ASCOM/CAERN



A Caern tem mudado a realidade do agreste potiguar

O quê?	Por quê?	Beneficiados
Programa Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos	Ações emergenciais para combater os efeitos da estiagem	37 municípios e 53 localidades rurais
Convênio entre Inkra, Sedru e Copasa	Implantação de sistemas simplificados de água em projetos de assentamento	12 municípios e 16 localidades rurais
Sistemas de Esgotamento Sanitário - Módulos Sanitários	Implantação de módulos sanitários em residências de famílias com renda mensal de até três salários mínimos	344 localidades rurais de 363 municípios mineiros
Construção de ETEs	Execução de obras de emissários, interceptores e ETEs	41 municípios e 8 localidades sem concessão da Copasa
Sistemas de Água	Implantação de 363 sistemas de abastecimento de água	Localidades rurais de 150 municípios de pequeno porte
PROÁGUA	Para levar água nos locais onde a oferta hídrica é reduzida	20 municípios e 124 localidades rurais
Programa Água nas Escolas	Obras de implantação, ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água	415 escolas da zona rural de MG

Já no Ceará, a solução encontrada foi a instituição de oito Sistemas de Integração de Saneamento Rural – Sisars (veja no mapa a localização dos Sisars). Esse sistema é uma organização não governamental sem fins econômicos, formada pelas associações das comunidades beneficiadas com sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, filiadas e localizadas na mesma bacia hidrográfica.

O objetivo é garantir a operação dos sistemas, por meio da manutenção, tratamento, pequenas ampliações, autogestão e autossustentabilidade, por meio de cobrança de contas, cortes, religações, reuniões na comunidade e etc, cumprindo

sempre as determinações do estatuto social. Cada Sisar é constituído por uma Assembleia Geral, formada por todos os representantes das associações filiadas, um conselho de administração formado por onze membros, sendo seis representantes das associações filiadas, eleitos na assembleia geral ordinária, para um mandato de três anos, e cinco membros copartícipes, os quais são representantes de várias entidades, com compromisso de colaborar para o crescimento do sistema.

O funcionamento do Sisar é idêntico ao sistema de autogestão, empregado nos sistemas rurais do Rio Grande do Norte. •

Sisar de:	Municípios	Sistemas incluindo localidades rurais	População atendida
Sobral	28	98	73.303
Acopiara	13	56	34.874
Quixadá	20	86	47.991
Russas	8	23	13.921
Itapipoca	17	60	31.415
Fortaleza	8	34	14.505
Crateús	15	101	56.921
Juazeiro	21	111	53.979
TOTAL	127	559	326.909

Fonte: Gerência de Saneamento Rural da Cagece



Embasa leva água a comunidades quilombolas no sertão baiano

Assessoria de Imprensa da Embasa

Em busca da universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água, a Embasa investiu recursos da ordem de R\$ 28 milhões para ampliar o atendimento da Adutora do Feijão, na microrregião de Irecê. O Sistema Integrado de Abastecimento de Água – SIAA Irecê atende cerca de 300 mil pessoas que habitam em 14 municípios. Com a ampliação, foram feitas extensões de rede para atender mais 55 mil habitantes de pequenas comunidades na zona rural.

Um exemplo são as localidades remanescentes de quilombolas de Macambira e Lagoa do Gaudêncio, no município de Lapão, onde a empresa passou a atender com água tratada mais 917 pessoas. Os moradores de Lagoa do Gaudêncio, que antes eram

abastecidos com água de poço sem nenhum tratamento, agradecem. “O melhor de ter água na torneira hoje é saber que eu vou consumir essa água e não vou ficar doente”, disse Gildemar José Alves, presidente da Associação Comunitária dos Jovens Rurais Remanescentes de Quilombolas de Lagoa do Gaudêncio.

Outras localidades também passaram a ser atendidas com água de qualidade. É o caso do povoado de Baixão dos Honoratos, no município de São Gabriel. A moradora da localidade, Maria Celeste Miranda, lembra que antes da obra, água era um recurso a que poucos tinham acesso. “A gente tinha que comprar água, mes-



ASCOM/EMBASA

mo sabendo que não era uma água boa, adequada”, informa a dona de casa, acrescentando que muitas vezes, andavam de 10 a 15 quilômetros para conseguir o líquido.

Povoados distantes da zona urbana de outras cidades da microrregião de Irecê também foram atendidos após a intervenção da Embasa, como os 1.500 moradores das localidades de Floresta e Descoberta, no município de João Dourado. Segundo Otônio Alves Pessoa, que mora em Floresta há 33 anos, a chegada da água mudou a vida da comunidade. “Antes era um sofrimento, porque só tinha água quando vinha algum carro pipa da cidade. Agora tem água suficiente pra todo mundo”, declarou. •



ASCOM/EMBASA

Moradores já podem contar com água tratada, de acordo com normativos do Ministério da Saúde

Copasa recebe a maior premiação no setor

Assessoria de Imprensa da Copasa



ASCOM/COPASA

A Copasa faturou o principal troféu do prêmio e se tornou a primeira companhia de saneamento do país a obter esse reconhecimento

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) recebeu, em Cerimônia no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, o Troféu Ouro – Rumo à Excelência – do Prêmio Nacional Qualidade em Saneamento - PNQS. A companhia mineira, que atende a mais de 13 milhões de pessoas, tornou-se a primeira empresa do setor a obter esse reconhecimento.

O PNQS, concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), é considerado pela *International Water Association (IWA)* o mais importante do país. O prêmio é dividido em três níveis - Nível I, de 250 pontos, Troféu Bronze; Nível II, de 500 pontos, Troféu Ouro/ Prata; e Nível III, de 750 pontos, Troféu Platina. A Copasa

se destacou entre as 41 empresas estaduais, municipais, públicas e privadas de 10 estados brasileiros que concorreram, sendo premiada no Nível II – 500 pontos.

Além da Copasa como um todo, as diretorias de Operação Norte, Sudoeste e Metropolitana da companhia também conquistaram o prêmio. As duas primeiras levaram o Troféu Platina – Nível III – e a Metropolitana, o Troféu Ouro – Nível II.

A solenidade de entrega dos troféus contou com presença do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia. “Parabéns a todos os integrantes da Copasa pelo reconhecimento deste Troféu Ouro, premiação inédita no país. Sabemos como a ABES é exigente em relação a essa

premiação. Percebo o esforço dos seus diretores, do seu corpo funcional, de todos os seus servidores, para fazer da Copasa uma empresa modelo”, disse o governador.

Para o diretor-presidente da Copasa, Ricardo Simões, o troféu do PNQS é um reflexo da administração pública feita com seriedade no estado. “Esse reconhecimento demonstra que todas as orientações dadas pelo governo de Minas foram seguidas. Priorizar a gestão para melhorar o atendimento à população”. Simões explicou que o planejamento durante o ano para a conquista da premiação resultou melhorias em todos os processos da empresa. “O PNQS motivou todo o corpo gerencial e funcional



Presidente da Copasa passeando pela feira com autoridades mineiras

a buscar a prática de gestão que, por consequência, traria o prêmio. Fomos bem sucedidos nessa caminhada e o mais importante é que as práticas foram consolidadas e estão implantadas”.

A gestão da Copasa também foi destacada pelo prefeito de Belo Horizonte Márcio Lacerda. “A empresa é um exemplo marcante de como o Estado pode ser controlador de uma empresa que cumpre a função social, dando exemplos de boa gestão e estando presente de forma brilhante no mercado”. Lacerda lembrou que a companhia possibilitou à capital mineira ter praticamente 100% dos serviços de saneamento.

Tributação e universalização

O evento serviu para expor o principal desafio e o maior obstáculo do saneamento no Brasil. Este último, segundo o governador de Minas, é a alta tributação. “Não podemos

deixar que os investimentos das empresas públicas e privadas na área de saneamento fiquem à mercê de um ônus tributário crescente”, disse Anastasia. Ele chegou a citar valores para demonstrar o tamanho da perda. “Aqui em Minas Gerais, por exemplo, nós poderíamos ter até mais de R\$ 150 milhões por ano em investimentos se não houvesse essa sobrecarga tributária”.

Outro grande desafio das empresas do setor é atingir a universalização do saneamento do Brasil, de acordo com a presidente da Abes, Cassilda Teixeira. “Precisamos nos empenhar, fazer um esforço contínuo. Não é possível gastarmos anos só para construir uma estação de tratamento”. Segundo ela, o PNQS incentiva as empresas a expandir o serviço para a população. “O prêmio motiva e orienta sobre como levar o melhor serviço com o menor custo”.

Expansão

O troféu da Copasa coroa um trabalho focado justamente na universalização. Nos últimos oito anos, a companhia expandiu de forma expressiva o serviço de água e esgoto em Minas Gerais, beneficiando milhões de pessoas. O volume de esgoto tratado no estado saltou de 55,1 para 127,5 milhões de m³ por dia, representando um crescimento de 130%.

A expansão do saneamento, indicador de qualidade de vida, pode ser comprovada em outros números. Entre 2003 e 2010, a companhia inaugurou 72 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE). Hoje, são 106 espalhadas pelo estado. A ETE Onça e a ETE Arrudas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), são capacitadas com estruturas de tratamento secundário, inovações que colocam a capital mineira entre as cidades com melhor saneamento do Brasil.

O crescimento também é percebido no interior. A Copasa levou água e saneamento para todos os pontos de Minas Gerais. A população atendida pela companhia com tratamento de esgoto aumentou 63% nos últimos oito anos, passando de 4,9 para 7,7 milhões. No serviço de abastecimento, o número de pessoas atendidas no período pulou de 10,6 para 13,1 milhões. •

MET@LICA O maior site de informação e negócios da Construção Civil no Brasil. Acesse!

Antes de Construir, clique aqui!

“A estrutura metálica é ecologicamente correta, colaborando na preservação da água e do meio ambiente.”

www.metalica.com.br

- Obras de Infraestrutura
- Construção Sustentável
- Produtos e Fornecedores
- Consultas e Cotações
- Artigos Técnicos
- Tabelas e Normas
- Intendentes de Preço
- Notícias do setor

Controle Social no Brasil: difícil de definir e de aplicar

Um dos mais conceituados sociólogos da América Latina, o professor Chico de Oliveira, disse o que pensa sobre o controle social no país e afirmou que ainda estamos muito longe de saber utilizar esse instrumento democrático

Assessoria de Imprensa da Aesbe

De alguns anos para cá, muito se tem ouvido falar em “controle social”. Lamentavelmente, a problemática do controle social é apoiada em três questões elementares: o que é? Como é exercido? E se as organizações existentes no Brasil teriam condições de exercer o controle social, em alguma área.

As respostas a essas questões é que vão nortear fundamentalmente a aplicação dessa terminologia que, inclusive, é parte integrante de leis e decretos. Os melhores exemplos disso são a Lei nº 11.445/07 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e, também, seu decreto regulamentador nº 7.217/10.

Para se ter uma ideia do problema que o setor terá em futuro próximo, esse último documento condiciona a liberação de recursos para o saneamento básico, a partir de 2014, à instituição de uma lei específica que determine a participação do controle social nos serviços de abastecimento público e esgotamento sanitário.

Mas, afinal, o que é o controle social? De acordo com a Controladoria Geral da União (informação que consta do glossário do Portal da Transparência do Governo Federal) “é a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os

objetivos, processos e resultados. O Controle Social das ações dos governantes e funcionários públicos é importante para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade”.

Para o saneamento, a Lei nº 11.445/07, no parágrafo 3º do artigo 4º, define controle social como sendo o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.

É interessante notar que, pela Lei, o controle social no saneamento pode ser exercido tanto na definição da política, no planejamento e na avaliação dos serviços. Já o Decreto nº 7.217/2010, que regulamentou essa Lei, amplia, indevidamente, o controle social para as etapas de gestão dos serviços.

Diversas outras definições para controle social podem ser encontradas. Por exemplo: “É a integração da sociedade com a administração pública, com a finalidade de solucionar problemas e as deficiências sociais com mais eficiência”, afirma Kênia de Nazaré Fonseca, acadêmica do curso de Direito da Fundação Machadense de Ensino Superior, de Minas Gerais.

E a mundialmente conhecida enciclopédia multilíngue, Wikipédia, apresenta a seguinte definição: “O controle social é o controle exercido pela sociedade sobre o governo. Por meio do controle social, a sociedade é envolvida no exercício da reflexão e discussão para politização de problemáticas que afetam a vida coletiva. Este modelo de gestão cria um profissional de articulação e negociação, que fomenta a cooperação e que atua no planejamento e na coordenação com foco no interesse coletivo. No controle social, o governo atua sob fiscalização da população, da opinião pública e da esfera pública política.

Entretanto, para o sociólogo e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, mais conhecido como Chico de Oliveira, “A democracia representativa não tem instrumentos que o defina”. O sociólogo vai além e enfatiza que, na atualidade brasileira, somente o Ministério Público tem condições de exercer o controle social. “Eu considero a atuação do MP um fenômeno presente e saudável”, comentou, explicando que o MP só tem condições de exercer o controle social porque tem respaldo jurídico.

Segundo o professor Chico de Oliveira, que atuou como um dos fundadores do Partido dos Tra-

balhadores, em fevereiro de 1980, alguns movimentos sociais se estruturaram para controlar uma coisa ou outra, “mas se desarticulam, logo que passa a crise”. Para ele, essas organizações “não têm a cultura de acompanhar o desenrolar da história”. “Às vezes consegue influir nas políticas públicas, mas é tudo muito pontual. O controle social nas áreas da infraestrutura, especialmente, é muito difícil, porque essa é uma área muito complexa, muito técnica”, complementou.

Para ele, um organismo nacional de muita expressão e que poderia exercer um controle social efetivo é o Movimento dos Sem Terra (MST). “O MST é o mais exitoso e mesmo assim é o que é. As demandas do MST não têm eco. A sociedade não tem interesse no MST. Hoje, é só por meio dele que pode haver algum controle social sobre o uso da terra, por exemplo, já que o capitalismo brasileiro tem muito clara uma política agrícola sem fazer reforma agrária”, analisou o professor Chico.

Segundo o sociólogo, algumas organizações não governamentais são mais efetivas, fazem pressão e levantam problemas, mas não exercem o controle social; nem os partidos políticos fazem isso e, quando fazem, é de forma imperfeita; os órgãos do estado são refratários ou inertes. “As procuradorias deveriam ter uma atuação mais eficaz, pois são muito ausentes desse processo”, reforçou o professor.

Para o professor emérito da USP, os europeus têm uma visão mais apurada do que é o controle social. “Na França, por exemplo, os partidos políticos foram ultrapassados pelos eleitores. Os franceses não toleram que mexam em seus direitos. Os cidadãos

exigem que os políticos os representem”, comparou Chico de Oliveira.

Triste realidade – segundo o sociólogo, o saneamento brasileiro é uma área crítica e nem por isso é uma prioridade para o governo federal. “Penso que com água tratada e com esgotamento, é possível reduzir toda a escala de doenças, mas acho que só eu percebo isso. Não se resolvem os problemas do saneamento porque não é prioridade. O Brasil não tinha que ter problemas de saneamento básico”, desabafou Oliveira.

Segundo ele, uma boa experiência, mas que foi abortada ainda no começo de sua execução, foi o Banco Nacional de Habitação (BNH). “Era o caminho para resolver quase todos os problemas sociais do país, pois conjugava a política de saneamento com a política de habitação, áreas irmãs, a meu ver”, taxou.

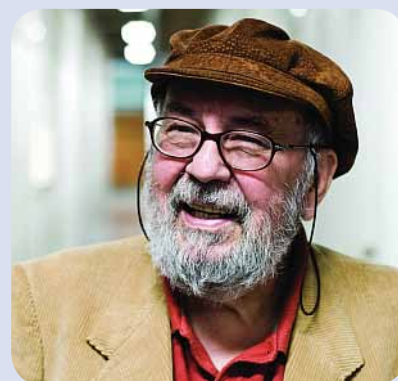
Titularidade – “Sou a favor da prestação de serviço regionalizada. As cidades crescem muito e muito rápido.

Francisco de Oliveira, mais conhecido como Chico de Oliveira, é sociólogo e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), mas recentemente filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol). Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. É Professor aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É doutor honoris causa na Univer-



SHUTTERSTOCK

As áreas mais pobres são as áreas mais carentes. Alguns municípios são tão grandes que precisam de alguém que tome conta. Com a prestação regional do serviço, é possível reforçar onde os índices são baixos e, especialmente, implantar os serviços onde não existem”, concluiu Chico de Oliveira. •



DIVULGAÇÃO/INTERNET

sidade Federal do Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ. Em 2004, recebeu o prêmio Jabuti, na categoria Ciências Humanas.

Controle social em Maringá-PR só dá resultado nas contas públicas

A mudança de pensamento motivou a mudança de comportamento e, agora, população da cidade paranaense começa a colher os frutos da intervenção social

Assessoria de Imprensa da Aesbe

Uma economia anual de cerca de R\$ 10 milhões. Esse é o resultado da ação do Observatório Social, uma das vice-presidências da organização não governamental Sociedade Eticamente Responsável de Maringá-PR que, por meio do chamado controle social, checa as contas da prefeitura e aponta onde há incoerências orçamentárias. O Observatório Social de Maringá é uma ONG criada em 2006 para avaliar e fiscalizar as licitações públicas da cidade paranaense de cerca de 600 mil habitantes e demonstrar que qualquer cidade pode encontrar maneiras eficazes para combater a corrupção.

Segundo o vice-presidente da Sociedade Eticamente Responsável (SER), Márcilio Hubner de Miranda Neto, a Constituição Federal de 1988 assegura ao cidadão comum o direito de fiscalizar, acompanhar e de exigir uma clara prestação de contas da aplicação do dinheiro público, mas tem muita prefeitura que não concorda com isso. No caso de Maringá, tanto a prefeitura quanto a câmara de vereadores aceitaram a intervenção dos voluntários e técnicos da SER.

“Para se ter uma ideia, a câmara de vereadores devolveu R\$ 3 milhões à prefeitura, no ano passado, porque viu que não precisava do dinheiro. E, agora, esse valor será investido na área da saúde”, completou Miranda Neto, considerando que a redução



SHUTTERSTOCK

Em Maringá, o controle social conseguiu reduzir os custos da prefeitura

do pagamento de diárias foi um dos principais fatores que contribuíram para a devolução da verba. “Agora, por meio de um acordo moral, os vereadores têm que colocar num site, quando e para onde vão viajar e, ainda, o objetivo da viagem. É muito mais transparente assim”, comentou o vice-presidente da SER.

Além da área público-tributária, a SER também fiscaliza as contas da saúde e da educação. “Qualquer

cidadão pode pedir as informações financeiras de sua prefeitura. Nós temos esse direito, mas para exercê-lo é preciso comprometimento”, esclareceu Miranda Neto que é professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no curso de Enfermagem.

De acordo com o acadêmico, um dos grandes saltos culturais da população de Maringá foi ter a noção de que seria necessário mudar o pensamento para, só depois, mudar

o comportamento. “Na UEM, criamos a cadeira “Seminários Integrados”, onde todos os professores e alunos do curso de Enfermagem atuam. No primeiro módulo, os universitários e seus professores vão a campo para levantar as problemáticas de uma determinada área; no segundo, essas pessoas participam da fase de atuação em serviço e, na última etapa da disciplina, os acadêmicos desenvolvem a aplicação prática do que foi levantado na comunidade e de como os alunos podem auxiliar na resolução do problema”, explicou o professor.

As próximas áreas a serem fiscalizadas pelo Observatório Social da SER são a construção civil, transportes e saneamento básico. Entretanto, Miranda Neto sabe que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Segundo ele, é preciso mudar a cultura do cidadão para que ele seja interessado, comprometido. “É mudança de cultura; temos que formar uma geração com novas perspectivas. Já foi muito pior, mas ainda falta muito para alcançarmos o ideal”, complementou.

Para o vice-presidente da SER, o controle social em áreas tão técnicas como o saneamento bá-

sico ainda levará 20 ou 30 anos para atingir o nível ideal, considerado por ele. E ilustra: “Os conselhos municipais de saúde poderiam colaborar muito no controle social do saneamento, mas as pessoas precisam se qualificar e, mesmo assim, falta coragem nessas pessoas, até para pedir dinheiro para investir na estruturação do conselho e qualificação de seus integrantes. Dinheiro para

isso existe, mas a ação não acontece”, enfatizou.

Por fim, Miranda Neto fez uma crítica à estrutura nacional de ensino superior. “Todos os dias são formados médicos, engenheiros, contabilistas, advogados, enfermeiros, mas o Brasil precisa de médicos cidadãos, engenheiros cidadãos, contabilistas cidadãos. Precisamos de cidadania”, concluiu. •



SHUTTERSTOCK

Um pouco mais sobre a SER

A SER Maringá conta com o apoio de universidades e faculdades públicas e privadas da cidade, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Cúria Metropolitana, Sindicato dos Contadores, Receitas Estadual e Federal, Justiça Federal, Controladoria Geral da União, empresas diversas e Associação Comercial de Maringá.

A ONU (Organização das Nações Unidas) indicou o Observatório Social de Maringá como modelo de fiscalização no combate à corrupção. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal) propôs o modelo como exemplo para a América Latina.

Para saber mais sobre a Sociedade Eticamente Responsável de Maringá e, também, sobre o Observatório Social, acesse: www.sermaringa.org.br



SHUTTERSTOCK

Uma breve história sobre o controle social no Brasil

Walder Suriani - Superintendente Executivo da Aesbe

Nos últimos anos, o termo controle social tem sido usado de forma crescente e indiscriminada em diversas áreas de atuação e com entendimento e aplicação distintos. Esse termo tem origem na sociologia, onde é empregado, por exemplo, para designar mecanismos que estabeleçam a ordem social e submetam os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Contudo, na teoria política, o seu significado é ambíguo. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade, quanto para designar o controle da sociedade, ou de alguns setores organizados, sobre ações do Estado.

É um tema complexo e, talvez, por isso, ainda não houve entendimento uniforme entre teóricos que, ao longo dos últimos séculos, têm desenvolvido trabalhos que pendem, ora para justificar o controle do Estado na

sociedade, ora para direcionar ações do controle do povo sobre o Estado, como garantia da soberania popular.

Recentemente, o uso do controle social tem sido alvo de discussões em diversos segmentos da sociedade brasileira, como sinônimo de participação social na definição e implementação das políticas públicas. Isso ficou bastante caracterizado após a redemocratização, em meados da década de 80, onde setores mais organizados entendiam que deveria haver maior participação da sociedade civil na definição das políticas públicas, com envolvimento nas etapas de formulação do planejamento, de programas e de projetos, no acompanhamento das execuções e, principalmente, na definição da alocação de recursos.

A Saúde foi pioneira nesse processo. No bojo do “Movimento da Reforma Sanitária”, ocorrida no final

dos anos 70, foi feita uma ampla mobilização de intelectuais, sindicatos e movimentos organizados em torno de duas questões importantes à época: a luta contra a ditadura e a busca de um sistema nacional de saúde universal, público, participativo, descentralizado e de qualidade.

Na *VIII Conferência Nacional da Saúde*, realizada em 1986, foi discutida a possibilidade de implementar no SUS (Sistema Único de Saúde) o controle social, entendido como sendo o “conjunto de intervenções que as diferentes forças sociais realizam para influenciar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas para o setor saúde”. O controle social na saúde, nos moldes apresentados, é apontado como um dos fundamentos básico e democráticos do Sistema Nacional de Saúde.

Em 1990, a Lei nº 8.142 institucionalizou o controle social no SUS, por

meio de conferências e de conselhos de saúde. Nas conferências, ele tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para a política de saúde nas três esferas de governo. Já nos conselhos estaduais e municipais de saúde, que são instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo, com composição paritária entre os diversos segmentos governamentais e civis, o controle social tem como foco a definição de prioridades e a alocação dos recursos.

Com a sua institucionalização na área da saúde, estava pavimentado o caminho para a abertura da discussão da inserção da temática do controle social no eixo das demais políticas públicas, no entendimento de que se trata da relação Estado/Sociedade, onde a esta última cabe estabelecer práticas de vigilância e de controle sobre o primeiro.

Independente do questionamento sobre a real importância do controle social na saúde, tendo em vista os maus resultados apresentados pelo SUS, a questão fundamental é a seguinte: o mesmo modelo de controle social montado para a área da saúde tem condições de ser replicado em outros serviços públicos, em especial no saneamento básico?

A resposta parece ser “não”, tendo em vista as características específicas de cada serviço.

Primeiramente, é preciso entender que saúde e saneamento são serviços completamente distintos e com características próprias. Os serviços de saúde desenvolvem-se de forma sistêmica nos três entes federados, são custeados com recursos públicos e prestados diretamente por agentes públicos. Não há cobrança pela prestação dos serviços. As unidades físicas, hospitais e

unidades de saúde, são construídas e entregues para que os serviços possam ser prestados, por equipes multiprofissionais da área. Inclusive, não há regulação dos serviços por agências reguladoras. O controle da sociedade no SUS deve se dar, basicamente, quando da alocação e na gestão dos recursos.

Já o saneamento tem estrutura diferente. A começar pela responsabilidade -titularidade- do serviço, com a União definindo as diretrizes e a política federal e os estados e municípios a implantação das obras, a manutenção, a gestão e a regulação dos serviços. A estrutura financeira desse serviço também é diferente. O financiamento é a principal fonte para a ampliação das obras. Os serviços são fornecidos ou prestados mediante tarifação. Os recursos orçamentários federais são direcionados, unicamente, para obras e não para a gestão. Os serviços são prestados em número significativo por entidades concessionárias, mediante contrato de concessão.

E, principalmente, os serviços de saneamento são regulados por agências públicas. A essas agências, os operadores dos serviços prestam contas das suas gestões, por meio de indicadores definidos, mensurados e acompanhados continuamente.

Mesmo sendo conveniente que haja algum tipo de controle da sociedade, está bem visível que os serviços de saneamento e de saúde são prestados em

condições distintas e que a estrutura do controle social não poderá ser a mesma para os dois serviços.

No caso do saneamento, basta seguir o disposto na Lei nº 11.445/07, Art. 3º, item IV, com o controle social participando do “processo de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação”, atividades de responsabilização dos titulares dos serviços.

Ao imaginar que o controle social possa atuar além dessa dimensão, haverá superposição e interferência nas atividades de regulação, situação que criará instabilidade institucional e regulatória para todo o setor. •



SHUTTERSTOCK



Elizabeth Costa de Oliveira Góes

Advogada especializada em Direito do Saneamento, especialista em Direito do Consumidor e da Concorrência pela FGV/RJ; jornalista; e Consultora Jurídica da Aesbe juridico@aesbe.org.br

Terceirização: onde está o bicho de sete cabeças?

Na vigência de uma Constituição garantista, em que o Estado é responsável por assegurar a sobrevivência e prover os cidadãos de condições dignas, a proteção ao trabalho e às suas relações muitas vezes levam a sociedade à defesa de interesses arraigados.

Exemplo disso é o entendimento predominante do Ministério Público do Trabalho de que a terceirização está adstrita às atividades-meio e que

deve ser utilizada com reservas, o que tem preponderado a despeito da ausência de ditames legais que estabeleçam limites sobre as atividades que podem ser delegadas a terceiros.

O objetivo da coluna jurídica desta edição é desmitificar a terceirização e demonstrar que a sua utilização como ferramenta de ganho de eficiência e economicidade está perfeitamente em consonância com as normas vigentes.

SUM-331 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993).

Evolução histórica:

A terceirização no Brasil teve início na década de 1950 com as multinacionais do ramo de automóveis. No fim da década de 1960, as primeiras figuras do gênero foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 200/67.

Em meados da década de 1970, a contratação de terceiros foi disciplinada na Lei sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas de nº 6.019/74 e na Lei sobre a segurança para estabelecimentos financeiros de nº 7.102/83.

No ano de 1980, o Tribunal Superior do Trabalho disciplinou a questão por meio da súmula 256, revista em 1994 pelo enunciado 331, que trata do Contrato de Prestação de Serviços.

Ainda na década de 80, no ano de 1986, o Decreto-Lei nº 2.300 tratou da locação de serviços e, mais de meia década depois, a Lei de Licitações nº 8.666/93 permitiu a execução direta ou indireta de obras e serviços.

Em 1995, a Lei nº 8.987, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal determinou em seu artigo 25 que a concessionária pode contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Conceito:

A *terceirização*, hodiernamente discutida como um fenômeno do Direito, está radicada na Administração, ciência em que encontramos as mais amplas conceituações e da qual emprestamos o conceito do autor Lívio Antônio Giosa, que retrata a *terceirização* como “*um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros - com os quais se estabelece uma relação de parceria - ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua.*”

A palavra *terceirização* veio para denominar institutos antigos e de forma similar à ciência da Administração, no universo jurídico pode ser definida como a delegação de atividades a terceiros com o propósito de possibilitar a execução eficiente do verdadeiro propósito para o qual a empresa, a administração ou o órgão foram originalmente constituídos.

Os limites da terceirização

A doutrina administrativista tem tratado o tema com muitas reservas, a maior parte influenciada pela função social do contrato e pelos imperativos de uma ordem pública que clama por maior estabilidade nas relações de trabalho.

Contudo, é premente que sejamos capazes de abstrair os aspectos sociais e analisar com objetividade a matéria, sob a égide da sustentabilidade dos modelos de gestão que geram maior eficiência, economicidade e eficácia.

Há alguma razoabilidade em exigir que uma companhia estadual prestadora de serviços

públicos de saneamento realize concurso para a contratação de empregados destinados a realizar atividades que não irão interferir de forma essencial na prestação dos serviços?

Poderíamos nominar no mínimo uma dúzia de profissionais que não fazem parte da cadeia produtiva, mas que são diretamente contratados por empresas da administração pública indireta, por intermédio de concursos, muitos em decorrência de termos de ajuste, acordos ou decisões judiciais.

São comuns as decisões da justiça do trabalho que obrigam o gestor a contratar profissionais para a realização de atividades que caberiam perfeitamente em um contrato de *terceirização*, sem sequer atentar para a onerosidade, ou a ineficiência que uma decisão de exclusivo cunho social pode gerar.

Existe descompasso e falta de razoabilidade entre o que se pretende impor e o que de fato a lei autoriza ou veda, o que compromete a discricionariedade da administração, que se vê compelida a adotar medidas por vezes consideradas antieconômicas.

Evidente que não se pretende apregoar a balbúrdia, ou difundir a prática de *terceirizações* que objetivem burlar os princípios gerais de direitos ou violar garantias fundamentais, mas não se pode permitir que empresas se tornem ineficientes em decorrência de estruturas que trazem o ônus da ineficiência.

Definir a licitude da *terceirização* exclusivamente por se tratar de atividade-meio ou atividade-fim objetivamente pode representar a escolha por uma gestão politicamente correta, mas que nem sempre podemos concluir como eficaz. •



Corsan incorpora Companhia de Indústrias Eletroquímicas

Assessoria de Imprensa da Corsan

A Companhia de Indústrias Eletroquímicas (Ciel), empresa que produz sulfato de alumínio utilizado no tratamento de água, foi incorporada pela Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento). Pela Lei nº 13.435 aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e sancionada pela governadora Yeda Crusius, a Corsan ficou autorizada a realizar os serviços que vêm sendo executados pela Ciel.

A medida visa à racionalização dos custos e à economia na gestão, já que todo o capital da empresa pertence à Corsan, que também é o prin-

cipal comprador de sulfato de alumínio produzido pela Ciel em Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Os 18 funcionários da companhia serão absorvidos pela Corsan, como parte de um quadro especial.

A Ciel implantou entre 2008 e 2009 um sistema de gestão da qualidade com práticas alinhadas à Corsan no Modelo de Excelência na Gestão do PGQP, tendo sido reconhecida em 2009 com a Medalha Bronze, destacando-se os resultados obtidos pela organização.

Em outubro, foi realizada a etapa de pré-auditoria da Norma ISO 9001:2008, tendo sido contratado,

por meio de licitação, o Organismo Certificador ABS Quality Evaluations e, também, auditoria externa inicial, visando à obtenção da certificação no escopo “produção e comercialização de sulfato de alumínio”.

A Ciel surgiu há 74 anos como uma empresa privada, mas a maioria das ações foi adquirida pela Corsan na década de 70. Durante a atual gestão foram compradas as ações de investidores privados, tornando a empresa pública na integralidade. Com a incorporação a Ciel passou a ser um departamento da Superintendência de Tratamento de Água e Esgotos da Corsan. •

DIVULGAÇÃO/CORSAN



Sabesp conquista certificação

ISO 14001 para 26 ETEs

Assessoria de Imprensa da Sabesp

Vinte e seis Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) da Sabesp, na Região Metropolitana de São Paulo e também do interior e litoral, receberam, em meados de novembro, a certificação ISO 14001 - colocando a companhia entre as empresas com mais certificados ISO 14001 no setor de saneamento.

A companhia soma 22 novas ETEs certificadas, uma vez que as estações de Biritiba Mirim, Arujá e Salesópolis (Sede e Remédios) já haviam passado pelo processo.

“Essa certificação incorpora a dimensão ambiental às boas práticas de gestão empresarial. Representa um enorme avanço no sentido de alcançar a universalização do saneamento, considerando a utilização sustentável dos recursos

naturais, a partir da integração de estratégias e habilidades para a melhoria contínua das operações e negócios da empresa”, define o presidente da Sabesp, Gesner Oliveira.

Além do atendimento aos requisitos legais, a norma ISO 14001 requer uma atuação comprometida com os princípios da prevenção à poluição e da melhoria contínua dos trabalhos de cunho ambiental desenvolvidos na companhia.

“A certificação sela os resultados positivos da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas instalações da Sabesp. O sistema é destinado a

ETEs Certificadas

Águas da Prata	Pariquera-Açu
Anchieta	Parnaso
Arapongal/Registro	Paulínia
Arujá	Pedrinhas Paulista
Bichoró	Pedro de Toledo
Biritiba Mirim	Pratânia
Charqueada/Recreio	Rechan
Colômbia	Remédios
Embaú/Cachoeira Paulista	Rifaina
Igarapava	Salesópolis/Sede
Jacupiranga	São Francisco Xavier
Jarinú	Serra Azul
Massaguaçu	Suzano

controlar os diversos aspectos e os possíveis impactos sobre o meio ambiente decorrentes das atividades e processos oriundos das ETAs e ETEs, com vistas a melhorar de forma contínua suas operações”, explica o superintendente de Gestão Ambiental da Sabesp, Wanderley da Silva Paganini.

“Os empreendimentos de saneamento estão sujeitos a inúmeras leis e regulamentos referentes ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Esses dispositivos legais, reiterados pela própria cobrança do poder público e da sociedade, fazem com que a empresa tenha que aprimorar continuamente suas práticas de planejamento e gestão, incorporando obrigatoriamente a variável ambiental nas fases de concepção, implantação e operação dos projetos e empreendimentos”, explica Marcelo Salles, diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente. •

SHUTTERSTOCK





Cagece adota nova estrutura tarifária a partir de janeiro de 2011

Assessoria de Imprensa da Cagece

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) terá, a partir de janeiro de 2011, uma nova estrutura tarifária para os serviços de água e esgoto em todos os 149 municípios cearenses atendidos pela concessionária. A proposta foi aprovada pelas agências reguladoras da capital e do interior e muda a maneira como são calculados os serviços no Ceará.

A principal mudança ocorre na cobrança do serviço de esgotamento sanitário. Cerca de 430 mil clientes

terão redução na conta mensal, passando a pagar pelo serviço de esgotamento sanitário equivalente a 80% do volume faturado de água. Antes, o percentual pago era 100%. Na prática, a Cagece espera estimular o uso do serviço de esgotamento sanitário, uma vez que o valor das contas deve diminuir.

A Cagece está propondo outras mudanças que irão beneficiar os consumidores cearenses. Para clientes da categoria “residencial social”, a

Cagece passará a fazer a cobrança por meio do consumo real e com distribuição uniforme do subsídio para consumo até 10m³. Hoje, a cobrança é feita sobre um volume fixo de 10m³.

O cearense que paga a quarta menor tarifa de serviços de água e esgoto do país, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINS - 2008), do Ministério das Cidades, também será beneficiado com mudanças que estimulam a economia local e a filantropia (veja no box).

A antiga categoria “comercial I”, composta por pequenas lojas passará a se chamar “comercial popular”. Para eles, haverá a redução do consumo mínimo de 10m³ para 7m³, significando a possibilidade de redução na conta de água e esgoto e, ainda, estimulando o comércio de bairros.

Instituição Filantrópica

A Cagece decidiu criar a categoria “instituição filantrópica”, que engloba instituições de caráter social, beneficente ou filantrópico mantidas por doações, sem fonte de renda própria. Com isso, a Companhia poderá oferecer uma tarifa diferenciada como forma de apoiar essas instituições. Para fazer parte dessa categoria, as instituições interessadas deverão entrar em contato com a Cagece.

Casan assina contrato de financiamento em Washington

Assessoria de Imprensa da Casan

A Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) assinou, em Washington-EUA, com o IFC (International Finance Corporation) um financiamento no valor de R\$ 40 milhões para modernizar sua área comercial e operacional. A contratação aconteceu em meados de outubro.




Os recursos obtidos com juros do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 3,5% ao ano, dois anos de carência e sete anos para pagamento, contemplarão 12 projetos buscando a modernização das áreas comercial e operacional da Casan.

O dinheiro será usado na aquisição, recuperação e substituição de macromedidores, implementação da automatização do processo, controle da produção e distribuição dos 22 maiores sistemas de água potável da empresa, aquisição de 300 mil macromedidores novos para substituição dos equipamentos com mais de cinco anos de uso, aquisição e instalação de oito mil macromedidores com telemetria por rádio frequência, que irá atender aos grandes consumidores com mais de 100 m³/mês e, também, consultoria executiva para a implementação de um programa de comba-

te a fraudes, que incluirá a manualização de procedimentos, treinamento e definição dos controles internos.

Para o Diretor Financeiro da Casan, Laudelino Bastos e Silva, "Trata-se de uma linha de crédito destinada à implementação de um projeto de modernização na área de controle de perdas físicas e comerciais da produção de água. Nosso objetivo é racionalizar a distribuição de água reduzindo as perdas físicas e homogeneizar a aplicação da política comercial da empresa, combatendo as fraudes e a evasão de receitas", concluiu Laudelino Silva. •

Chega de perdas de faturamento!

-  Você está satisfeito(a) com o seu sistema comercial?
-  Ele é ágil, formaliza procedimentos e é estruturado em modernas ferramentas de desenvolvimento?
-  E o Custo X Benefício que proporciona é adequado às suas necessidades?

Se você respondeu negativamente a pelo menos uma das questões acima, convidamos a conhecer o Netuno WEB, uma ferramenta ágil, moderna, robusta, de fácil implantação e baixo custo.



A mais avançada ferramenta de Gestão de Informações Comerciais de Saneamento.

Agende uma visita e comprove os benefícios para a sua empresa
 +55 67 3321-2898
 diretoria@eosconsultores.com.br
 www.eosconsultores.com.br



Soluções perfeitas para você.

Potiguares consomem mais água em 2010 do que em anos anteriores

Assessoria de Imprensa da Caern

O consumo de água nos municípios potiguares é o maior dos últimos anos. Dados divulgados pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) apontam que o aumento no consumo de água nos dez primeiros meses de 2010 em relação ao mesmo período de 2009 no estado foi de 3,7 milhões de m³, volume que seria suficiente para abastecer uma população de 82 mil habitantes durante dez meses. Em Natal, o aumento no mesmo período foi de 1,5 milhão de m³.

A ampliação da cobertura de água é um dos fatores que geram o incre-

Volume mensal de água consumida no RN (em milhões de m³)

Mês	Em 2009	Em 2010
Janeiro	7,5	7,7
Fevereiro	7,2	7,1
Março	7,0	7,2
Abril	6,7	7,4
Maio	6,9	7,3
Junho	6,6	7,1
Julho	6,8	7,4
Agosto	6,7	7,0
Setembro	6,9	7,3
Outubro	7,1	7,6

Volume mensal de água consumida em Natal (em milhões de m³)

Mês	Em 2009	Em 2010
Janeiro	2,9	2,9
Fevereiro	2,6	2,7
Março	2,6	2,7
Abril	2,5	2,8
Maio	2,6	2,7
Junho	2,5	2,7
Julho	2,5	2,7
Agosto	2,4	2,6
Setembro	2,5	2,7
Outubro	2,7	2,8

mento no consumo e, também, fatores sazonais como a falta de chuvas e o aumento da demanda por água, gerada em função do verão. De acordo com o gerente de Desenvolvimento Operacional e Controle de Perdas da Caern, Isaías Costa Filho, apesar do aumento, o consumo de água no estado ainda está dentro do esperado, ficando com uma média mais baixa no inverno e aumentando no verão, mas seguindo uma tendência que se repete anualmente.

O registro de aumento de consumo, lembra Isaías, é consequência da ampliação do abastecimento, como novos investimentos imobiliários. Em Natal, por exemplo, apesar da cobertura de água ser próxima a 100%, o aparecimento crescente de novos imóveis gera cada vez mais novos consumidores. Porém, o gerente alerta que o desperdício de água também contribuiu para o aumento.

O aumento de 3,7 milhões de litros nos 10 primeiros meses de 2010 no RN, em relação ao mesmo período do ano passado, considerando um consumo per capita de 150 litros de água por dia, é suficiente para abastecer municípios inteiros como Caicó, Currais Novos ou Pau dos Ferros durante 30 dias seguidos no período de dez meses. Apesar de todo o investimento realizado pela Caern, o aumento do consumo em todo o estado, embora ainda em níveis toleráveis, é motivo de preocupação para a companhia, uma vez que em 2010 praticamente não houve

chuvas e as fontes de abastecimento começam a reduzir.

NATAL - Se em todo o estado, o aumento do consumo de água se deve especialmente ao prolongamento do período de estiagem, em Natal grande parte do volume consumido se deve ao crescimento da cidade. O aumento de 1,5 milhão de metros cúbicos de água nos dez primeiros meses de 2010 na Capital, comparado ao mesmo período de 2009, seria suficiente para abastecer 25 mil pessoas por um período de dez meses, considerando um consumo per capita de 200 litros de água por dia. Com a proximidade do verão, os dados servem de alerta para que a conscientização da população prevaleça. Nos dias mais quentes, a necessidade de água aumenta e o ideal é que se evite o desperdício para o produto não faltar. •



Impostos prejudicam a ampliação dos serviços de saneamento no Brasil

Assessoria de Imprensa da Aesbe

Nos últimos 10 anos, as companhias estaduais que prestam os serviços de abastecimento público e esgotamento sanitário foram obrigadas a desembolsar cerca de R\$ 12,77 bilhões apenas para pagar PIS/Cofins. Esse valor representa 32% do que foi disponibilizado pelo governo federal por meio do PAC I – R\$ 40 bilhões – para atender às áreas de drenagem urbana, tratamento de resíduos sólidos, abastecimento e esgotamento sanitário.

Os valores pagos pelas companhias estaduais de água e esgoto estão disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS), cujas informações são compiladas pelo Ministério das Cidades, por meio da

Secretaria Nacional de Saneamento Básico. Veja no quadro (abaixo) os valores pagos anualmente, desde o ano 2000.

Além desse desembolso gigantesco, na última década as companhias ainda investiram R\$ 12,20 bilhões – com recursos próprios – para ampliação dos serviços de saneamento. O investimento das operadoras de água e esgoto é praticamente igual ao valor pago ao governo federal em forma de PIS/Cofins, no período considerado. É importante ressaltar que para calcular o valor do investimento com recursos próprios, a Aesbe não levou em consideração os anos de 2009 e 2010, pois os dados ainda aguardam a compilação daquele Ministério. Entretanto, se o rit-

mo proporcional de investimentos se mantivesse, certamente o valor pago com PIS/Cofins seria ultrapassado.

Outro dado que também chama a atenção, ao se analisar o comportamento financeiro do saneamento básico no período de 2000 a 2008, é que o valor disponibilizado para obras pelo governo federal, por meio de financiamentos e recursos orçamentários, é menor do que o desembolso realizado diretamente pelas companhias de água e esgoto, por meio de tarifas. A diferença é superior à R\$ 1 bilhão. É possível que haja alteração nessa curva, quando for disponibilizada a aplicação dos recursos do PAC ocorrida em 2009 e 2010. Confira os números no quadro abaixo. •

Quadro de desembolso, investimento e empréstimos

Evolução da cobrança do PIS/Cofins		Investimentos feitos pelas Companhias com recursos próprios		Investimentos feitos pelas companhias com recursos onerosos e não onerosos	
Ano	Valor em bilhões R\$	Ano	Valor em bilhões R\$	Ano	Valor em bilhões R\$
2000	0.504	2000	0.970	2000	0.844
2001	*	2001	1.189	2001	0.834
2002	0.662	2002	1.124	2002	0.987
2003	0.795	2003	1.344	2003	0.928
2004	0.995	2004	1.242	2004	1.112
2005	1.183	2005	1.508	2005	1.276
2006	1.464	2006	1.762	2006	1.648
2007	1.583	2007	1.597	2007	1.279
2008	1.774	2008	1.467	2008	2.465
2009	1.810	2009	Não compilado	2009	Não compilado
2010	2.000**	2010	Não compilado	2010	Não compilado
Total	12.770	Total	12.203	Total	11.373

* Praticamente zero, pois houve compensações tributárias

** Estimativa feita pela Aesbe, mediante números apresentados no SNIS, referentes aos anos anteriores

Estudo comprova viabilidade do uso do lodo de esgoto na agricultura

Assessoria de Imprensa da Cesan

DIVULGAÇÃO/CESAN



Estudos que estão sendo realizados pela Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento) e Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) comprovam que o lodo proveniente de estações de tratamento de esgoto (ETEs) pode se transformar em fertilizante de ótima qualidade. Uma Unidade de Gerenciamento de Lodo (UGL) está sendo construída na ETE Civit, na região da Serra, e deve entrar em operação em seis meses.

Essa unidade vai receber todo o lodo gerado nas estações de Tratamento de Esgoto da Região Metropolitana da Grande Vitória e, depois de processado, irá à reciclagem agrícola como adubo. Na implantação da unidade piloto, a Cesan está investindo cerca de R\$ 1,8 milhão. De acordo com o presidente da Cesan, Paulo Ruy Carnelli, além do ganho econômico para a agricultura do estado, o problema ambiental decorrente do depósito desse material sólido nos aterros sanitários será resolvido.

O lodo é considerado um valioso adubo orgânico e proporciona diver-

sos benefícios, como o fornecimento de nutrientes para as plantas, o aumento do teor de alguns micronutrientes essenciais, o aumento da capacidade de retenção de água e uma melhor estruturação do solo pela presença de matéria orgânica.

O projeto sobre o uso do lodo na agricultura começou em outubro de 2007 e é resultado de um convênio de cooperação técnico-financeira entre a Cesan e o Incaper. O custo total do projeto é de R\$ 856 mil, sendo que a Cesan investe R\$ 676 mil e o Incaper R\$ 180 mil, e a pesquisa é um compromisso com o Banco Mundial.

Os resultados mostraram que o manejo do bio-sólido requer, para o agricultor, equipamentos simples de proteção individual. O seu potencial de contaminação é menor do que o de outros adubos orgânicos. O projeto "Uso do lodo de esgoto na adubação de fruteiras" foi premiado durante o Inoves 2009, na categoria Inovação Tecnológica. •

DIVULGAÇÃO/CESAN



O uso na lavoura

Os testes realizados no campo, até agora, vêm comprovando que o fertilizante produzido a partir do lodo pode ser aplicado com sucesso nas culturas do café conilon e arábica, banana, eucalipto, goiaba, seringueira, cana de açúcar, açaí, palmeira real e abacaxi. Atualmente as estações da Cesan na Grande Vitória geram em torno de 3.600 mil toneladas de lodo por ano.

Deso investe R\$ 18,9 mi para reduzir perda de água em Aracaju

Assessoria de Imprensa da Deso

A Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) investirá R\$ 18,9 milhões em melhoria operacional da empresa e em um projeto piloto de redução de perdas de água. Hoje, a perda de água no sistema chega a 50% do total produzido. O objetivo é reduzir esse percentual a 30%. O projeto será financiado pela *International Finance Corporation (IFC)*, ligada ao Banco Mundial. Essa é primeira operação da IFC realizada por uma linha de financiamento a empresas públicas, que concede o financiamento sem a necessidade de garantia de governos.

O empréstimo da IFC à Deso é feito por uma linha de financiamento de

empresas subnacionais, desenvolvida conjuntamente pela IFC e o Banco Mundial, que prevê o financiamento sem garantia soberana para governos locais e empresas públicas bem administradas para investimentos essenciais de infraestrutura. Os projetos são identificados e avaliados em conjunto, por equipes do Banco Mundial e da IFC, e somam-se ao envolvimento histórico e contínuo do Banco Mundial com o setor subnacional no Brasil.

Segundo o presidente da Deso, Max Montalvão, o investimento no projeto piloto deve durar um ano e meio. “Trata-se de um financiamento imprescindível para acelerar o nosso

programa de melhoria operacional e comercial. Também vai ajudar a aumentar a disponibilidade de água, beneficiando a população sergipana. Ao mesmo tempo, esse empréstimo demonstra a melhoria da gestão da empresa na direção de práticas corporativas mais modernas e sustentáveis”, afirma Montalvão.

O investimento ajudará a melhorar serviços de água para 1,5 milhões de pessoas em Sergipe. A Deso estima que 20% da água atualmente classificada como perdida é, de fato, consumida e não faturada, devido à deficiência na hidrometração das ligações bem como aos chamados “gatos”. “Com o consumo medido de forma precisa, as áreas de alta perda serão identificadas e os esforços de redução do desperdício serão dirigidos”, explica o presidente Max Montalvão. •

SHUTTERSTOCK



Como?

O investimento prevê a troca de 86 mil hidrômetros que já ultrapassaram o período de vida útil, de um total de 200 mil na grande Aracaju. A troca levará 12 meses. Outra medida será a implantação de um projeto piloto para controle de perdas em uma área com 8,5 mil ligações de água. Serão realizadas a troca dos hidrômetros, a substituição de tubulação antiga e a revisão das ligações domiciliares e do sistema de macromedição.



SHUTTERSTOCK

Sanesul é primeira empresa do Brasil a receber recursos do Focem

Assessoria de Imprensa da Sanesul

A Sanesul é a primeira empresa de saneamento brasileira a receber recursos do Focem (Fundo para Convergência Estrutura do Mercosul). O dinheiro será usado na ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Ponta Porã, que passa a ser o primeiro município do País a receber investimentos do Fundo.

O convênio para a liberação de R\$ 10,9 milhões foi assinado no começo de dezembro pelo governador André Puccinelli, pelo diretor da Secretaria do Mercosul, Agustín Colombo, e pelo presidente da Sanesul, José Carlos Barbosa. Segundo o presidente da Sanesul, os recursos são suficientes para elevar para 65% a cobertura das redes de esgoto em Ponta Porã, beneficiando 17 mil pessoas.

O projeto prevê a realização de 5,6 mil ligações domiciliares e implantação de 80 quilômetros de redes coletoras, além de toda a infraestrutura

necessária para o tratamento dos efluentes. “É um projeto que coloca o município entre os mais desenvolvidos do Estado na questão do saneamento. Isto melhora a qualidade de vida das pessoas na medida em que esgoto coletado e tratado diminui o risco de doenças e preserva o meio ambiente”, disse.

José Carlos também informou que, do valor total de R\$ 10.983.198,04 previstos para as obras, quase R\$ 3 milhões serão pagos com recursos próprios da Sanesul. Este valor é a soma da contrapartida de R\$ 1.420.170,77 com R\$ 1.515.392,95 dos gastos ineligiáveis. “Os recursos totais só foram conseguidos por dois motivos. O primeiro deles é o empenho dos empregados da Sanesul, que elaboraram o projeto e desde o primeiro momento acreditaram que conseguiríamos. O segundo foi a boa fase financeira que a Sanesul atravessa. Depois de anos de prejuízo, a

empresa se reequilibrou e hoje tem capacidade para dar as contrapartidas que garantem mais recursos para novas obras estruturantes para Mato Grosso do Sul”, completa.

O pacote licitatório, que vai seguir padrões internacionais de licitação, será elaborado entre os meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011. A expectativa é de que as obras comecem em março e sejam concluídas em 18 meses. •



SHUTTERSTOCK

Agespisa começa a abastecer sua frota com biodiesel

Assessoria de Imprensa da Agespisa

A companhia de saneamento Águas e Esgotos do Piauí S.A. (Agespisa) está abastecendo 8 veículos de sua frota com o biodiesel produzido na usina da empresa a partir do óleo de cozinha usado em residências e estabelecimentos comerciais da capital Teresina. O biodiesel polui menos o meio ambiente, é avaliado como eficiente pelos técnicos e apresenta algumas vantagens em relação ao combustível comum.

Os carros abastecidos com biodiesel produzem menos fuligem, são mais potentes e silenciosos porque a lubrificação do motor é melhor. “Estamos satisfeitos com a qualidade do nosso biodiesel”,



Toda a produção é analisada constantemente



Visão parcial da usina de biodiesel da Agespisa



Evandro Mariano, engenheiro químico responsável, supervisiona o trabalho na usina de biodiesel

FOTOS: DIVULGAÇÃO / AGESPISA



Alguns veículos da Agespisa já são abastecidos com o biodiesel



ressaltou o presidente da empresa, Marcos Venícius Costa.

Os veículos abastecidos são, na maioria, caminhões que transportam materiais, equipamentos e produtos químicos, além da van que faz a coleta do óleo usado em estabelecimentos comerciais. Os carros utilizam 30% de biodiesel e 70% de óleo diesel.

A Agespisa produz cerca de 120 litros por dia, “mas estamos programando novos investimentos para aumentar a produção. Assim, mais veículos podem utilizar o biodiesel”, destaca Marcos Venícius.

A produção de biodiesel é uma das principais ações de preservação do meio ambiente desenvolvidas pela companhia. A própria estrutura da usina foi feita, em grande parte, com produtos reciclados e reaproveitados, o que evitou novos gastos e o descarte de materiais.

O coordenador do projeto, engenheiro químico Evandro Mariano, ressalta que outro objetivo é evitar problemas no sistema de esgota-

mento sanitário. “O óleo jogado nas pias de residências, restaurantes, bares e hotéis e outros estabelecimentos é o principal vilão do entupimento da rede de esgotos da Agespisa”, explica, comentando que a obstrução da tubulação provoca aumento nos custos que a empresa tem com o processo de limpeza.

A empresa coleta mensalmente uma média de 5 mil litros de óleo de cozinha usado das residências e de estabelecimentos comerciais. Entre maio de 2008, quando foi lançado o projeto, até agora, já foram coletados cerca de 112 mil litros de óleo. •

Usuário ganha desconto

Para estimular o envolvimento de toda a sociedade na campanha “Não jogue óleo no ralo”, a empresa dá descontos na conta de água no valor de R\$ 0,30 por cada litro de óleo coletado. A substância é entregue nos 11 postos de atendimento na capital. No caso de bares, lanchonetes, restaurantes, hotéis e até hospitais, a coleta é feita por uma equipe da Agespisa. O programa cadastrou até agora 242 estabelecimentos comerciais que contribuem com a coleta de óleo saturado. Os subprodutos resultantes da produção do biodiesel, como a glicerina, serão destinados a entidades populares para fabricação de sabão, detergente e outros produtos de limpeza, gerando emprego e renda. Para isso, Agespisa e Senac estão capacitando famílias carentes.

Premiação à Sanepar reconhece excelência dos produtos e serviços

Assessoria de Imprensa da Sanepar

A Sanepar recebeu, em Belo Horizonte-MG, três troféus do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS 2010). “O prêmio é um reconhecimento à qualidade dos serviços da Sanepar. O povo do Paraná já sabe que a Sanepar é a melhor empresa de saneamento do Brasil”, afirmou o presidente da Companhia, Hudson Calefe.

Na edição deste ano, a Sanepar recebeu o troféu Ouro para a Gerência Geral da Região Metropolitana de Londrina (GMLD) e dois troféus Bronze para as unidades regionais de Francisco Beltrão (URFB) e de Telêmaco Borba (URTB).

Para concorrer ao prêmio, cada Unidade da Sanepar apresentou um relatório com todo o trabalho desenvolvido e de que forma obedece aos critérios de excelência: liderança, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados. Após avaliar os relatórios encaminhados, avaliadores externos são enviados às empresas para realizar auditoria e confirmar a veracidade do que foi informado e atribuir a pontuação.

A premiação concedida pelo PNQS certifica aos clientes que os serviços e produtos da Sanepar seguem padrões de qualidade e excelência. “Quem ganha é sempre o cliente, que pode consumir nosso produto com confiança e segurança”, afirma o gerente da Sanepar na Região Metropolitana de Londrina, Sérgio Bahls.



Rita Camana, gerente da Unidade Regional de Francisco Beltrão; Hudson Calefe, presidente da Sanepar; Sergio Bahls, gerente da Gerência Metropolitana de Londrina e Ademir Quintino, gerente da Unidade Regional de Telêmaco Borba.

Ele ressalta que a Sanepar tem cumprido sua missão de levar qualidade de vida à população de forma cada vez mais eficiente. “E é bom lembrar que estamos há cinco anos sem reajuste tarifário”, enfatizou.

Para a gerente da Unidade de Francisco Beltrão, Rita Camana, a população paranaense já é atendida com serviços e produtos de qualidade. “O prêmio é apenas o reconhecimento público do que nós já fazemos. É fruto do trabalho de uma equipe comprometida com a qualidade”, diz. Segundo a gerente, desde

a criação da Unidade de Francisco Beltrão, em 2004, o foco do trabalho tem sido o de excelência.

O prêmio para a Unidade de Telêmaco Borba significa, na opinião do gerente Ademir Quintino, que a Sanepar oferece uma água de ótima qualidade, com disponibilidade 24 horas por dia e um atendimento cada vez melhor. “A busca pela excelência e a satisfação de nossos clientes tem se consolidado cada vez mais. E a Sanepar tem um acúmulo de prêmios que apontam esse reconhecimento”. •

O Prêmio - O PNQS é uma iniciativa da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e objetiva estimular a aplicação de boas práticas de gestão pelas organizações de saneamento no país e reconhecer as instituições que se destacam com suas práticas e que apresentem resultados superiores de desempenho. Nas quatorze edições do PNQS, a Sanepar conquistou 23 troféus e quatro diplomas que reconhecem a excelência de gestão em todas as regiões do Paraná.

Escritório de Projetos Corporativo da Cagece é premiado pelo PMI

Por Dilthey Forte*

SHUTTERSTOCK



O Escritório de Projetos da Cagece foi oficialmente criado em julho/10 e já obteve resultados positivos, ficando em 1º lugar na edição 2010 do prêmio Visconde de Mauá de Gerenciamento de Projetos, concedido pelo Capítulo cearense do Project Management Institute (PMI), referência mundial em gerenciamento de projetos.

O prêmio foi concedido pela iniciativa de institucionalizar um *Project Management Office* (PMO) corporativo, unidade ligada diretamente à Diretoria da Presidência, e que tem, entre outras, as seguintes atribuições: desenvolver a metodo-

logia de gerenciamento de projetos; fornecer informação consolidada dos projetos para a Diretoria; apoiar as áreas funcionais no planejamento e controle dos projetos; gerir, manter e propagar o conhecimento relativo a projetos. Tudo isso com o objetivo maior de garantir o sucesso

dos projetos da companhia, zelando para que ocorram dentro dos prazos e custos previstos e com a obtenção dos resultados pretendidos.

A matéria gestão profissional de projetos vem se consolidando na Cagece desde 2004, quando um de seus colaboradores obteve a certi-

Ações de Implantação do PMO Cagece

AÇÃO	ANO
Diagnóstico	2008
Mapeamento dos Processos Existentes	2009
Desenho do Processo de Desenvolvimento de Projetos (PDP)	2009
Definição do PDP e Diretrizes Norteadoras	2009
Criação dos Modelos de Documentos (Templates)	2009
Especificações de Ferramentas	2009
Ajustes Finos, Aprovação e Treinamento	2009 - 2010
Acompanhamento de Projetos Pilotos	2009 - 2010
Publicação de Norma Institucional quanto ao Seguimento da Metodologia Definida assim como Modelo de Remuneração por Resultado	2010
Publicação de Portaria Definindo os Projetos que Fazem Parte do Portfólio do PMO, assim como Nomeação dos líderes desses projetos	2010

* Dilthey Forte, Bacharel em Informática, Especialista em Engenharia de Software, ITIL Foundation, PMP (*Project Management Professional*), Assessor de Gestão de Projetos da Presidência da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará), Professor de MBA em Gestão de Projetos.

ARQUIVO PESSOAL



Dilthey Forte, assessor de Gestão de Projetos da Presidência da Cagece

ficação PMP (*Project Management Professional*), e uma de suas primeiras iniciativas foi adotar um modelo de gerenciamento de projetos de TI com base no PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*).

Além de contar com metodologia própria para gerenciamento, a Cagece conta com o SGP – Sistema de Gerenciamento de Projetos -, que permite acompanhar o andamento das ações estratégicas, além de definir quais são as pessoas responsáveis por cada ação ou tarefa. A partir de 2009, essas ações deram lugar aos projetos e os conceitos de gerenciamento de projetos passaram a ser utilizados dentro do planejamento estratégico. Surgiram então os TAPs (Termo de Abertura de Projetos) por meio dos quais cada área sugere os projetos que farão com que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Ainda em 2009, foi contratada assessoria em gestão de projetos dando início ao processo de defini-

ção e implantação do PMO. Em 20/7/2010, o PMO foi institucionalizado, ocasião em que foi realizado evento envolvendo todos os gestores da Companhia tornando público o trabalho realizado, abordando os principais objetivos da metodologia, bem como apresentando os conceitos que a norteiam, os profissionais que estão ligados ao PMO e ao portfólio de projetos. Nessa oportunidade também foram apresentadas experiências de PMOs de outras organizações.

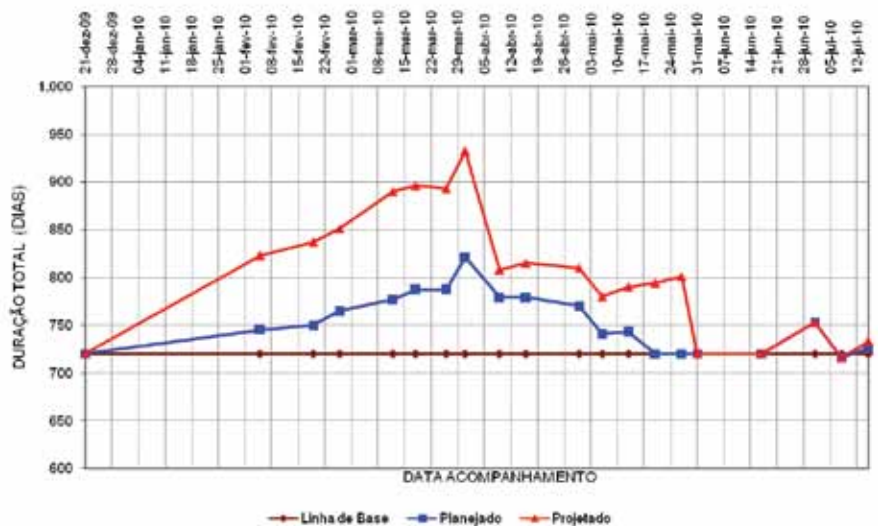
A definição do portfólio de projetos do PMO levou em consideração a quantidade de líderes de projetos certificados (PMP) até aquele momento (oito), a representatividade do investimento e o estágio de avanço de um total de 97 empreendimentos acompanhados pelo governo do estado por meio do Mapp (Monitoramento e Ações de Projetos Prioritários). Oito desses empreendi-

mentos, representando 30% do total dos recursos, foram selecionados para compor o portfólio do PMO. Para 2011, com novos empregados certificados (PMP), está planejada a inclusão de mais 15 projetos a esse portfólio, passando a representar 80% do total dos recursos.

Está previsto ainda expandir a aplicação da metodologia de gestão de projetos para além dos empreendimentos, incluindo ao portfólio do PMO os projetos classificados dentro do planejamento estratégico como estruturadores.

Como exemplo de resultado já percebido, abaixo um gráfico de acompanhamento (IDP – Índice de Desempenho de Prazo) da duração contratada x realizada x projetada de um dos empreendimentos que fazem parte do portfólio do PMO. No exemplo, percebemos que a tendência da projeção da duração inicialmente era de afastamento em relação ao contratado e que após a condução do projeto por meio das técnicas de monitoração e controle definidas na metodologia, a tendência se reverteu fazendo com que a projeção se aproximasse da meta (linha de base). •

Gráfico de Acompanhamento do Prazo Final



Corsan e Casan trocam experiências

O diretor de Planejamento, Orçamento e Informação da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), Osny Souza Filho, esteve reunido com o diretor-presidente da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), Luiz Zaffalon, para acertar a troca de experiências entre as empresas na renovação dos contratos de programa de água e esgo-

tos. A Corsan vem obtendo sucesso nessa área, tendo renovado seus contratos com 175 municípios. Para transmitir a experiência da Corsan, ficou acertada uma visita institucional do diretor-presidente Luiz Zaffalon à Casan, quando detalhará o êxito da empresa gaúcha na assinatura dos novos contratos, inclusive com municípios de porte.



SHUTTERSTOCK



SHUTTERSTOCK

Sabesp vence licitação em Honduras

A Sabesp venceu licitação internacional promovida pelo governo de Honduras para prestar consultoria em gestão comercial e operacional a nove cidades hondurenhas. O contrato terá prazo de três anos e valor de US\$ 2,3 milhões. Em consórcio com a Latin Consult, a companhia derrotou concorrentes da Alema-

nha, Canadá, Colômbia, Itália e do próprio país caribenho. A Sabesp é a quinta maior empresa do mundo por número de clientes, atendendo a mais de 26 milhões de pessoas. Recentemente, ranking elaborado pelo Instituto Trata Brasil apontou a companhia como a melhor empresa de saneamento do país.

Peixes ornamentais vivem em esgoto tratado no Ceará

A prática do cultivo de peixes ornamentais em esgoto tratado doméstico pode se tornar uma alternativa para piscicultores que desejam ter mais produtividade em suas criações, conforme aponta estudo feito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) a pedido da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). As vantagens do efluente tratado de esgoto são: alto nível da taxa de proteínas, baixo custo e a reciclagem de nutrientes. O estudo

com tilápias e peixes ornamentais deve-se ao fato de serem peixes filtradores, ou seja, que consomem algas, detritos orgânicos e plânctons, presentes no esgoto doméstico. Para saber mais, acesse www.cagece.com.br.



SHUTTERSTOCK

Sabesp construirá ETE em Campos do Jordão

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) apresentou o projeto da nova ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) do município, em meados de novembro. A estação de tratamento tem investimento previsto de R\$ 106 milhões e será construída já projetan-

do o tratamento de esgoto da cidade nos próximos 35 anos. A tecnologia inovadora a ser empregada permitirá devolver à natureza água de qualidade já apropriada para reuso. O início da obra aguarda o licenciamento ambiental. Quando autorizada, deve ser concluída em 30 meses.



JULIANA RIBEIRO



SHUTTERSTOCK

Cedae e Amil ampliam rede de esgoto da Barra da Tijuca

A Cedae e o Grupo Amil assinaram, em novembro, o Termo de Cooperação que viabilizará a ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Centro Administrativo da Barra da Tijuca. O acordo prevê a conexão à rede da companhia do futuro hospital da Amil, que ainda não entrou em operação, além de

outras instituições e empresas. As obras devem ser concluídas em 120 dias. Com a implantação de troncos e redes coletoras de esgoto, os cerca de 350 mil litros de esgoto que poderiam ser lançados, por dia, no sistema lagunar da Barra, passarão a ter o tratamento ambiental adequado.

Casan é considerada uma das 10 maiores de Santa Catarina

A Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) está entre as 10 maiores empresas de Santa Catarina, segundo o ranking organizado pela revista Amanhã em parceria com a PricewaterhouseCoopers. A premiação aconteceu em meados de outubro, em Joinville-SC. O levantamento está na edição 2010 das '500 Maiores do Sul' da publicação que, há 20 anos, divulga o ranking regional.



MARCO DE BARI

Interceptor no rio Pinheiros é destaque da terceira etapa do Projeto Tietê

Mais de 320 mil habitantes serão beneficiados com a eliminação do lançamento de 450 litros de esgoto por segundo no rio Pinheiros. Esse será o avanço obtido com a implantação do interceptor IPI-8, entre a Ponte Estaiada e o Parque Burle Marx. A obra faz parte do primeiro pacote da

terceira etapa do Projeto Tietê. A nova fase irá até 2015 e terá investimentos de US\$ 1,05 bilhão. Até lá, estima-se a ampliação do índice de coleta de esgoto dos atuais 85% para 87%, com significativa melhora no tratamento, que passará de 72% para 84%. Leia mais, acessando www.aesbe.org.br.

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO

Uma publicação da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - Aesbe

**Garanta bons negócios.
Anuncie na Sanear,
a Revista do Saneamento**

10 mil exemplares

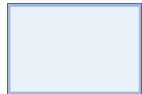
Periodicidade **Trimestral**

Circulação **nacional**



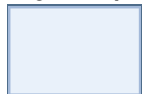
FORMATOS

2ª capa e 3ª página



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 40x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

Página Dupla



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 40x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

Página



- 21x27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 19x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

1/2 página



- 21x13,75 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 18x11,75 área de reserva (logos, textos, etc.)

1/3 de página



- 7,0 x 27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 5x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

3ª e 4ª capas



- 21x27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 19x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)



Via Vox Comunicação - SCN Quadra 01 Bloco E - Sala 1813 - Ed. Central Park - Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70.711-903
Emails: adalucio@viavox.com.br ou cmarino@scmedia.com.br
Telefones: (61) 3201-1884 / 8229-5545 / (11) 3451-0012 / 91412938



www.aesbe.org.br